

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REQUERIMENTO (Da Senhora Maria do Rosário)

Solicita que seja realizada reunião de audiência pública afim de discutir a criação da Universidade Federal Popular da Mesoregião Grande Fronteira do Mercosul.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de Audiência Pública no dia 24 de outubro p.v. com o fito de discutir a criação da Universidade Federal Popular da Mesoregião Grande Fronteira do Mercosul, convidando para isso representantes das seguintes entidades, movimentos e pessoas: FETRAF-SUL/CUT, Via Campesina, CUT, sindicatos da região, Movimentos Sociais, Movimento Estudantil, Igrejas, Fórum da Mesorregião, Associações de Municípios, cooperativas de trabalho, prefeitos e vereadores.

JUSTIFICATIVA

A solicitação inicial para realização da audiência parte do *Movimento Pró Universidade Pública e Popular*, que representa um conjunto de movimentos sociais e instituições da sociedade civil organizada e tem como objetivo construir uma Universidade Federal na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

O Movimento é resultado da união de vários comitês, organizados desde 2005, em várias regiões do Norte do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná que isoladamente pleiteavam a constituição de uma Universidade Federal nas suas regiões. Após concluir que esse espaço territorial possui características, sociais, econômicas e culturais, semelhantes consolidou-se a idéia de que uma universidade pública poderia servir de instrumento para alavancar o desenvolvimento, com bases na justiça e na solidariedade, desta população.

São basicamente seis os objetivos para a criação da universidade:

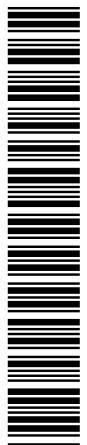
1. Que seja uma Universidade Pública e Popular para atender as populações da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno;
2. Que tenha estrutura multicampi, contemplando os estados da Região Sul, garantindo oferta de vagas para atender a demanda;
3. Que promova a integração do ensino, da pesquisa e da extensão com o foco voltado para a agricultura sustentável, economia solidária, preservação ambiental, ciências sociais e humanas, políticas públicas, o desenvolvimento regional e os sistemas locais de produção e serviços. Indispensável é a inclusão dos saberes e da cultura popular nos currículos dos cursos;
4. Que tenha uma gestão que rompa com a lógica atual, permitindo a participação dos atores sociais e populares nos processos decisórios da instituição, adotando princípios de gestão efetivamente democráticos;
5. Que garanta acesso aos cursos com novos critérios de seleção privilegiando os estudantes oriundos das camadas sociais de baixa renda como da agricultura familiar e camponesa, trabalhadores urbanos, excluídos, micro e pequenos empresários, índios, quilombolas e outras;
6. Que sustente a identificação com a região, construída na relação com a história do seu povo, que valorize a memória de sua gente e que implemente projetos coletivos visando ao desenvolvimento sustentável da região e a integração com os povos e movimento sociais da América Latina.

Diante de tão relevantes postulados, entendemos por bem sugerir que a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados realize no próximo dia 24 de outubro reunião de audiência pública para debater a criação da Universidade em

questão. A data se justifica pela presença prevista de vários convidados, por ocasião de outros eventos, na capital federal. Sendo o que tínhamos, fica o pedido de apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em 2007.

Deputada Maria do Rosário



FBDBBB5F800